

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO nº 036/15/IPSR

PROCESSO: Nº 067/2011
INTERESSADO: CGR Guataparã – Central de Gerenciamento de Resíduos Ltda.
MUNICÍPIO: Araçatuba
ASSUNTO: Análise da viabilidade ambiental das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba
DATA: 06.04.2015

1 INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 036/15/IPSR referente à análise da viabilidade ambiental das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR no município de Araçatuba, de responsabilidade da empresa CGR Guataparã – Central de Gerenciamento de Resíduos Ltda. elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR do Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e de Processos – IP.

2 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento proposto será implantado em gleba de 736.700 m², localizada na Estrada Vicinal ART 270 s/nº, bairro do Prata no município de Araçatuba. O entorno imediato (Área de Influência Direta - AID) é caracterizado por áreas de pastagens e culturas agrícolas. Já o núcleo populacional mais próximo da área do empreendimento localiza-se a cerca de 1,5 km (bairro Jacutinga).

O CGR ocupará área total de 396.372 m². O aterro ocupará uma área de 264.308 m², com capacidade de recebimento de cerca de 1.000 t/dia de resíduos sólidos, capacidade volumétrica total de 5.780.692 m³ e vida útil estimada de 16 anos. A geometria proposta compreende 12 camadas de resíduos sólidos, perfazendo uma altura total do maciço finalizado de cerca de 60 m. A Unidade de Beneficiamento de Resíduos da Construção Civil – RCC ocupará uma área de 7.900 m² e terá capacidade de recebimento de 500 t/dia. A Unidade de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde – RSS ocupará uma área de 3.500 m², e terá capacidade de recebimento de 10 toneladas/dia.

Conforme descrito no EIA, estão previstos: Programa de Comunicação e Participação Social, Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas, Programa de Compensação Ambiental, Programa de Recomposição Vegetal, Programa de Monitoramento e Minimização de Incômodos à Fauna, Plano de Controle Ambiental das Obras, Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos, Plano de Encerramento, entre outros.

3 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer Técnico nº 036/15/IPSR são apresentadas a seguir.

3.1 Fase de planejamento

Expectativa da população - a divulgação das informações sobre a implantação do empreendimento pode causar dúvidas e inseguranças sobre eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Ainda podem surgir expectativas sobre a geração de empregos. Para mitigação desse impacto, foi proposto no EIA a implementação de um Programa de Comunicação e Participação Social, para o qual o empreendedor deverá apresentar um balanço das ações realizadas durante as fases de execução das obras e operação do empreendimento.

3.2 Fase de instalação

Impactos sobre propriedades - não estão previstas desapropriações imobiliárias, uma vez que a área total do CGR Araçatuba, objeto da matrícula nº 50.406 emitida pelo Serviço de Registro de Imóveis – Araçatuba e das matrículas nº 79.508 e nº 79.744 emitidas pelo Oficial de Registro de Imóveis – Araçatuba, de acordo com tais documentos, estão comprometidas para venda ao empreendedor.

Supressão de vegetação Nativa e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APPs – a ADA encontra-se antropizada e não está prevista supressão de fragmento florestal nativo e nem intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP. Para a realização das obras de implantação do empreendimento será necessário o corte de 29 árvores isoladas, sendo 5 exóticas e 24 nativas, salientando que existe amparo legal de acordo com a legislação florestal vigente. Por ocasião da solicitação da LI, o empreendedor deverá solicitar autorização para o corte de 29 árvores isoladas, além de apresentar Programa de Recomposição Vegetal e Programa de Paisagismo detalhados, contemplando o plantio de espécies nativas nas APPs e na área prevista para a instituição de Reserva Legal e execução de barreira vegetal, bem como, efetuar a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR referente à instituição de Reserva Legal.

Uso de áreas de empréstimo e de armazenamento de solo – o preparo da área que abrigará o aterro, que é a unidade representativa quanto aos aspectos relacionados às obras de terraplenagem, deverá gerar 1.300.000 m³ de solo. A quantidade necessária de solo para se implantar e operar o aterro foi estimada em 1.211.107 m³, havendo um volume de solo excedente estimado em 88.893 m³. Para a emissão da LI, o empreendedor deverá indicar, no âmbito do projeto executivo da implantação do aterro, as potenciais áreas de destinação de solo temporário e definitivo, a revisão do balanço volumétrico e os ensaios geotécnicos que comprovem a adequabilidade do solo das áreas de empréstimo para os fins a que se destinam.

Interferências sobre o patrimônio arqueológico – não estão previstas interferências no patrimônio arqueológico, uma vez que de acordo com o Estudo de Arqueologia Preventiva apresentado, não há indícios ou evidências de materiais arqueológicos. Tal documento foi protocolizado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o qual se manifestou por meio do Parecer Técnico nº 303/12 IPHAN/SP em 01.08.2012, constando que esse Instituto é favorável à emissão da LP e, que, seja desenvolvido um Programa de Prospeções Arqueológicas Intensivas e Ação de Educação Patrimonial, sendo que por ocasião da solicitação da LI o empreendedor deverá apresentar manifestação do IPHAN quanto ao atendimento do referido Parecer Técnico.

3.3 Fase de instalação/operação

Intensificação dos Processos de Dinâmica Superficial – a movimentação de solo durante as fases de instalação e operação do empreendimento poderá favorecer o surgimento de processos erosivos, além do transporte de material particulado para drenagens locais situadas a jusante da área das obras (duas nascentes existentes nas porções leste e oeste da gleba, respectivamente). No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a implementação do Plano de Controle Ambiental das Obras proposto, bem como a execução dos projetos específicos de drenagem de águas pluviais e terraplenagem, barreiras físicas, a serem detalhados na fase de LI.

Interferências na fauna silvestre – as potenciais interferências na fauna de ocorrência na área de implantação do empreendimento serão mitigadas com a implementação, durante as fases de instalação e operação, do Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna, a ser detalhado na fase de LI.

Pressão na infraestrutura viária, incômodos à população e riscos de acidentes – devido à presença e movimentação de veículos pesados, tais como caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras e veículos coletores, durante a instalação e operação de empreendimentos desta tipologia, poderão ocorrer incômodos à população, tais como tráfego intenso, geração de poeira e espalhamento de lama na área de influência, deterioração das vias de acesso, principalmente nos meses de chuva, além de riscos de acidentes. No entanto, serão realizadas melhorias nas vias de acesso e será implementado um Programa de Minimização de Incômodos à População e Risco de Acidentes durante a instalação e operação do empreendimento, que contemplará medidas para controle e prevenção de acidentes, manutenção de

máquinas e equipamentos, manutenção das vias de acesso e vias internas, medidas operacionais, entre outras. Tal Programa deverá ser detalhado por ocasião da solicitação da LI.

3.4 Fase de operação

Potenciais impactos no solo e sobre as águas subterrâneas e superficiais – trata-se de impacto potencial mitigável com a implantação de um adequado projeto de engenharia e das medidas preventivas propostas. Visando mitigar esse potencial impacto, o empreendedor deverá apresentar o projeto executivo das unidades do empreendimento para a fase de LI, contendo inclusive o detalhamento do sistema de impermeabilização inferior e dos sistemas de drenagem de águas superficiais, de gases, de líquidos percolados. Além disso, estão previstos: implementação do Plano de Controle Ambiental das Obras, Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos, dos Programas de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas e das Águas Superficiais e tratamento dos líquidos percolados em ETE externa. Para a captação de água subterrânea para abastecimento do empreendimento deverá ser obtida a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE para a implantação de poço.

Risco de instabilização geotécnica do Maciço de Resíduos - maciços de resíduos possuem o potencial de instabilidade associado, principalmente, à inadequada operação dos sistemas de proteção ambiental, ausência ou monitoramento inadequado, baixa capacidade de suporte do solo e/ou concepção geométrica inadequada. Para monitorar as condições de estabilidade do maciço foi proposta a instalação de instrumentos, para acompanhamento do comportamento geotécnico do maciço e a implementação de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos que contemple as necessárias medidas preventivas e de controle, a ser aprovado na fase de LI.

Geração e emissão de substâncias odoríferas - não são esperados incômodos pela geração e exalação de odores considerando a adequada operação do empreendimento, que inclui a compactação e a cobertura diária de resíduos em frente de operação reduzida. O núcleo populacional mais próximo é o bairro Jacutinga, localizado a cerca de 1,5 km da área de implantação do empreendimento e a direção predominante dos ventos é de sudeste para noroeste, sendo que nessa direção não ocorre a presença de população (receptores) nas proximidades.

Emissões atmosféricas - as emissões atmosféricas provenientes da operação do empreendimento representam um potencial impacto na qualidade do ar. No projeto do aterro foi prevista a implantação de sistema de drenagem de gases que contempla a instalação de queimadores para a queima direta dos gases drenados do maciço de resíduos, que resultará em emissões de gases (NOx, CO, material particulado e NMHC). No entanto, o resultado do estudo de dispersão sinaliza que as emissões adicionais não desenquadrarão o município de Araçatuba de sua atual classificação no que se refere aos padrões de qualidade do ar.

Interferências na segurança aeroportuária - foi verificado que a área prevista para a implantação do empreendimento está localizada a cerca de 12 km do Aeroporto de Guararapes. Nesse sentido, foi apresentado o Ofício nº 1577/SCA/7023 emitido em 11.04.2014 pelo Quarto Comando Aéreo Regional – IV COMAR do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, não se opondo à implantação do empreendimento. Além disso, como medida preventiva, o empreendedor deverá implementar durante a operação do empreendimento um Programa de Monitoramento e Controle de Avifauna visando a segurança aeroportuária, a ser detalhado por ocasião da solicitação da LI.

Riscos à saúde pública - o recebimento de resíduos em aterros sanitários, principalmente nas frentes de trabalho antes do aterramento dos mesmos, poderá atrair reservatórios e vetores de doenças. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a adequada operação do empreendimento e a adoção de medidas mitigadoras propostas. Entretanto, em caráter preventivo, deverá ser implementado um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores, a ser detalhado por ocasião da solicitação da LI.

3.5 Fase de encerramento

Impactos associados ao encerramento do empreendimento - quando do encerramento das atividades de aterros, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos,

instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, entre outros. Assim sendo, antes do encerramento do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar um Plano de Encerramento, além de eventual proposta detalhada de uso futuro.

4 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado pelo empreendedor um Programa de Compensação Ambiental, conforme estabelecido pela Lei nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009. Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação dos recursos da compensação, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA condicionantes à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental.

5 CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico nº 036/15/IPSR. Nestes termos, esta Diretoria submete ao CONSEMA, a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR no município de Araçatuba

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental